



O PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS AÇAILÂNDIA: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

Reinouds Lima Silva
IFMA – Campus Açailândia
reinouds@ifma.edu.br

Introdução

A discussão sobre Educação e as políticas públicas com vistas ao enfrentamento das questões sociais, em especial na educação profissional e tecnológica e sua relação com a Educação de Jovens e Adultos, é terreno fértil para o estabelecimento do diálogo conceitual marxista. O contraponto se estabelece no aspecto conceitual da educação profissional no Brasil, que historicamente marcada pela dissimulação do seu papel junto às camadas populares e do ensino propedêutico para as classes médias e abastadas (dualidade estrutural), ainda padece da superação desta latente realidade.

A superação do modelo dual se apresenta, segundo Kipnis (2012), como vir a ser no debate teórico e político progressista sobre a educação profissional.

Deste modo, reitera o autor que

“na tradição de uma das linhas da educação profissional, trabalhar com os conceitos de educação politécnica e educação tecnológica, utilizados por Marx, agregados da escola unitária, posteriormente desenvolvida por Gramsci, no sentido de uma formação humanista integradora do trabalho, ciência e cultura (...) constitui-se nesse vir a ser e que pode atuar como balizador do debate sobre política para educação profissional (CIAVATTA e RAMOS, 2011). Esse é um dos sentidos da educação integrada proposta na argumentação progressista”. (2012 p. 61)

A lógica dialética pretende superar a aparência dos fenômenos sociais para ao desvelar a sua essência, e assim enfrentar as contradições existentes e

reprodutoras das desigualdades. Nesse sentido, todo o esforço empreendido pelos teóricos no debate para a compreensão dos valores e concepções teóricas e políticas das políticas públicas são determinantes para a superação da realidade de desigualdades sociais do Brasil, em especial, na educação profissional dos jovens e adultos brasileiros. Ora, senão dessas contradições históricas e do cenário patente de exclusão educacional de onde se poderia determinar a gênese deste grave problema educacional brasileiro?

Considerando o contexto histórico da EJA no Brasil, a instituição pelo Ministério da Educação – MEC do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA a partir dos Decretos nº 5478/05 e 5840/06 apresenta-se como uma proposta desafiadora. O mesmo tem por finalidade oferecer educação profissional técnica de nível médio a jovens e adultos na rede pública de educação profissional. Rege-se, segundo seu documento base (MEC, 2007) pelo princípio de uma educação **reparadora**, reconhecendo tacitamente a trajetória de exclusão educacional que estas populações sofrerão, colocando o programa como via de **equalização** de oportunidades e instrumento de **capacitação** para o trabalho.

Tal concepção enfrenta críticas severas, pois enquanto política pública, o viés de capacitação para o trabalho denota o forte alinhamento com o mercado de trabalho, em detrimento de uma formação integradora e superadora da forma dual de tratamento do currículo, assemelhando-se aos antigos cursos instrucionais. Esta crítica ancora-se na dificuldade das instituições de educação profissional de fato empreenderem ações de formação educacional integrada, seja de concepção politécnica ou humanizadora conforme já comentado, pois a separação curricular, acadêmica e científica encontra-se na base da formação dos profissionais atuantes não apenas na educação profissional, mas na educação como um todo.

Por uma avaliação da política pública de EJA na educação profissional e tecnológica

A formulação de políticas públicas no Brasil se fundamenta, via de regra, na constatação técnica de uma problemática social que deve ser enfrentada pelo poder público, enquanto indutor de políticas superadoras da premissa inicial. Segundo

Boneti (2011), esta tradição iluminista orienta o Estado na formulação de políticas públicas, cuja premissa científica, calcada na dita tradição relega às políticas públicas aspecto predominantemente homogeneizante e etnocêntrico.

A proposta de pesquisa é avaliar a política pública educacional instituída pelo Governo Federal para atendimento ao segmento de Jovens e Adultos na educação profissional pública. Com destaque, será analisada a implantação do PROEJA na rede federal de educação profissional e tecnológica no Instituto Federal do Maranhão – Campus Açailândia e seus desdobramentos enquanto política pública, extrapolando a tradição dissertativa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, onde predominam abordagens e estudos focais sobre aspectos das políticas públicas de EJA, tais como evasão ou percepções de segmentos da comunidade escolar, conforme pesquisa realizada na base de dados de pesquisa da própria FE/UnB e no repositório institucional da Biblioteca Central da UnB.

Consiste enquanto problema de pesquisa analisar a política pública nos aspectos já superados em sua implantação na rede EPT, o da formulação e implantação da política, avançando então à sua avaliação e dos resultados até aqui obtidos, considerando a experiência real no conjunto dos sujeitos sociais no *lócus* de pesquisa proposto.

Sobre a metodologia de avaliação

A avaliação de políticas educacionais envolve um amplo espectro de variáveis, que em relação ao pretendido pelo Estado enquanto formulador e indutor da política, notadamente envolve elementos que inicialmente podem não ter sido contemplados, considerando a política pós-implantação e em execução. O modelo referencial que acreditamos ser possível dar conta deste processo de investigação e de posterior avaliação encontra aporte na avaliação emancipadora proposta pela pesquisadora Ana Maria Saul. Enquanto referencial em avaliação, a proposta da autora promove a inserção dos vários atores do processo efetivo da execução e realidade institucional em que a política educacional se desenvolve, propondo “uma análise valorativa do programa educacional na perspectiva de cada um dos participantes (avaliadores) que atuam” (SAUL, 2006, p.62), encontrando assim

sentido na proposição inicial desta pesquisa em possibilitar em ampla avaliação do PROEJA na rede federal de educação profissional e tecnológica, detidamente no *locus* de pesquisa proposto.

A metodologia de avaliação emancipadora privilegia a participação coletiva, compreendendo três momentos específicos: descrição da realidade, crítica da realidade e criação coletiva, sendo que tais fases se desenvolverão durante a pesquisa de campo, em especial com a realização de grupos focais entre os atores sociais inseridos distintamente no âmbito da política pública em avaliação. Compreendemos ainda que o pesquisador, de posse das impressões para uma análise qualitativa, terá as condições necessárias para empreender-se na avaliação da política educacional em análise também, assumindo ao mesmo tempo o papel de indutor de processo avaliativo junto aos envolvidos na pesquisa (Saul, 2006).

Foram aplicados questionários semiestruturados junto aos professores e técnicos atuantes no PROEJA, além de entrevistas com alunos e egressos, com o objetivo de obter os primeiros dados necessários para o estabelecimento do contraponto conceitual entre os documentos oficiais da política pública, a revisão bibliográfica e o balizamento necessários para a realização da avaliação da PP com base na metodologia determinada, ou seja, a avaliação emancipadora.

Descrição da realidade: as primeiras análises

A análise da documentação primária e a revisão bibliográfica apontam como grande desafio para a etapa posterior dar voz aos atores sociais inseridos no âmbito da política pública, fazendo frente aos resultados obtidos pela instituição quanto ao enfrentamento das graves questões que envolvem a EJA na história da educação brasileira.

Enquanto descrição da realidade, observamos quando da aplicação de questionário inicial junto aos servidores atuantes no PROEJA a percepção marcante do papel social da política pública e a forte inserção da instituição na comunidade através dela. Em entrevistas realizadas com ex-alunos, ressaltam estes que o PROEJA assume papel determinante para a superação da difícil realidade social que enfrentam. Porém, ao analisar os dados disponíveis, podemos identificar problemas sérios no percurso já analisado: evasão, retenção e fragilidade na



formação pedagógica dos professores para atuarem na EJA, causando dificuldades de aprendizagem pelos alunos.

Conclusões preliminares

Na realização dos grupos focais junto aos atores sociais envolvidos na política pública em avaliação, será possível chegar a última das três fases da metodologia de avaliação emancipadora, a crítica criativa, dando voz e possibilidade de crítica e revisão dos aspectos que até então se apresentam como desafios a serem superados para a efetivação da política pública. Os dados obtidos apresentam problemas a serem enfrentados. Desta forma, pretende-se contribuir em primeira instância com a revisão crítica e no avanço da educação profissional no IFMA – Campus Açailândia, detidamente a educação de jovens e adultos.

Referencias

Avaliação de políticas públicas de educação. Célio da Cunha; Jose Vieira de Sousa; Maria Abadia da Silva. (organizadores). Brasília: Faculdade de Educação / Universidade de Brasília; Liber Livros, 2012.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro.** 3ª Edição. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Documento Base. MEC. Brasília, Agosto de 2007.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo.** 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.